



# Anais da Assembléia

D.A. 053

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastlio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1998**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)  
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X E P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 757**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 158/96, que dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 760**

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado que o presente subcreve, vem mui respeitosamente, após ouvido o Douto Plenário, REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 102/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina a Usina Três Bocas, localizada naquele município.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 751**

Senhor Presidente.

Os Deputados signatários, com assento nesta Casa, REQUEREM a Vossa Excelência seja autorizado o pagamento de duas passagens aérea, ida e volta, para Brasília, com saída no dia 06 (seis) de maio e retorno no dia 07 (sete) de maio do corrente ano, para uso dos Deputados adiante assinados, que estarão presentes a uma reunião na Câmara Federal, tratando de assuntos referentes à proposta na área de economia, denominada "Economia de Comunhão", divulgada pelo Movimento Foculares.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

EMERSON NERONE

**REQUERIMENTO Nº 752**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ADELARTE U. DE BORTOLI, vice-Prefeito de São Jorge do Oeste, ocorrido em 29.04.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 61 anos, faleceu no dia 29 de abril/98, o Senhor ADELARTE U. DEBORTOLI, vice-Prefeito do Município de São Jorge do Oeste.

O extinto deixa viúva Dona Ana Wilma e os filhos: Odete, Arlete, Marizete e Carlos Francisco

Adelarte Debortoli iniciou sua carreira política como Vereador, em 1963. Foi por duas vezes Prefeito em São Jorge do Oeste. Além de vice-Prefeito, ocupava, na atual gestão, o cargo de Secretário de Administração.

O passamento de Adelarte Debortoli veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Adelarte.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Adelarte Debortoli.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Debortoli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de votos de pesar à família de ANDRÉ DE OLIVEIRA NUNES, devido ao seu lamentável falecimento ocorrido na última terça-feira, 05 de maio, em acidente automobilístico em Ponta Grossa.

Os votos de pesar são extensivos ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Ponta Grossa e Região, onde o falecido ocu-

pava o cargo de Diretor de Mobilização.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sem a registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor JOÃO PAULO KOSLOVSKI, alusivos ao cargo de vice-Presidente da Diretoria Executiva da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, ocorrida no último dia 17 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Professor ARTHUR BARTHELMESS, alusivos ao lançamento do livro "Massacre da Serra Pitanga - exumação de uma genocídio", ocorrido no último dia 29 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Almirante Tamandaré, 1177 - Ap. 301, CEP 80040-110, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja aprovado em consignado em Ata da presente sessão, voto de congratulações ao Senhor Doutor EUGÊNIO STEFANELLO, pela sua elevação ao cargo de Presidente Nacional da CONAB, sendo empossado na data de ontem (05.05.98), em Brasília.

Solicito ainda, o envio desta manifestação ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Ao assumir a Presidente Nacional da CONAB, o Doutor Eugênio Stefanello resgata para o nosso Estado mais um importante cargo, o qual é entregue a capacidade e honradez deste que já foi Secretário da Agricultura de nosso Estado, onde desenvolveu um excelente trabalho, graças à sua origem: Homem do Campo.

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar em Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de congratulações pelo transcurso do 44º aniversário de instalação do Município de Alto Paraná.

Na decisão desta Casa, requer-se seja dada ciência à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Elevado à categoria de município em 19 de agosto de 1953, pela Lei Estadual nº 1.190, o Município de Alto Paraná foi instalado em 05 de maio de 1954.

Ao comemorar seu aniversário nesta data, gostaríamos de levar à população de Alto Paraná as mais sinceras e justificadas homenagens desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER aprovação de voto de regozijo e congratulações ao Estado de Israel pelo transcurso do seu 50º aniversário neste mês de maio.

Requer ainda que a decisão deste Plenário seja comunicada à Embaixada de Israel em Brasília e à Federação Israelita em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A história do Estado de Israel remonta a mais antiga fase da história da humanidade.

Nos últimos dois mil anos, desde o jugo do Império Romano e a expulsão

dos judeus - que constituíam a maioria do povo habitante da então Palestina - o sonho desse povo sempre foi o retorno à sua terra, com sua religião e suas tradições.

O sonho se concretizou graças a uma resolução da Assembléia das nações Unidas, presidida pelo insigne brasileiro Osvaldo Aranha, a qual criava o novo Estado de Israel, proclamado em maio de 1948.

Desde então promoveu-se no Oriente Médio o maior milagre de progresso e desenvolvimento da história contemporânea. Jardins floresceram no deserto, pântanos foram drenados, "kibutzim" (colônias agrícolas) se multiplicaram, metrópoles surgiram, renasceu o velho povo da Bíblia na terra de seus ancestrais.

E no momento em que o povo de Israel e os seguidores da religião israelita, em todo o mundo, oram pela paz e comemoram o cinquentenário da independência do País, nada mais justo que nos associemos e lhes prestemos nossas homenagens.

Estes, sucintamente, são os motivos do Requerimento de regozijo e congratulações, que ora encaminhamos à mesa, solicitando que se comuniquem a resolução desta Casa à Embaixada de Israel em Brasília, e à Federação Israelita do Paraná, em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos ao Senhor DORIVAL CORDEIRO MOCELIN, proprietário da D. C. MOCELIN & CIA. LTDA. - Transporte para Construção de Obras, extensivos aos seus familiares e funcionários, pelos relevantes serviços prestados a sociedade curitibana e paranaense.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor DORIVAL CORDEIRO MOCELIN, vem há mais de 20 anos, com sua família, desenvolvendo um excelente trabalho de transportes de materiais necessários para a construção, não somente desta Cidade de Curitiba e Região Metropolitana, mais de todo o

território nacional, com esmero e dedicação.

#### REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos aos Senhores GILBERTO e SÉRGIO SELL, extensivos aos seus familiares e funcionários, pelos relevantes serviços e atendimento à sua clientela amiga do Bairro do Boqueirão e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

Os Senhores Gilberto e Sérgio Sell, vêm há vários anos desenvolvendo um excelente atendimento aos seus clientes e amigos do Bairro do Boqueirão e Região Metropolitana, com esmero e dedicação, no ramo de roupas e serigrafia.

#### REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Secretário de Estado da Indústria e Comércio; Secretário de Estado da Fazenda; Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho; Superintendente do Banco do Brasil; Presidente do Banco do Estado do Paraná e Superintendente da Caixa Econômica Federal, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de viabilizar renegociações, parcelamento de dívidas contraídas pelas micro e pequenas empresas de Campo Mourão e região.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer negociações, parcelamentos de dívidas contraídas pelas micro e pequenas empresas de Campo Mourão e Região.

Esta solicitação justifica-se pelo fato de que as pequenas empresas de Campo Mourão e região têm passado

por um longo período de forte recessão, levando-as a um estado de profunda penúria financeira.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Superintendência do Banco do Brasil, Presidência do Banco do Estado do Paraná e Superintendência da Caixa Econômica Federal.

#### REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do Senhor JAIRO CONSTANTINO DE OLIVEIRA, residente à Rua Francisco Wanka, 565 - Jardim Osasco, o qual solicita colocação de lâmpada no poste existente em frente à sua casa.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 152/98

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE DE IDOSOS SEMPRE UNIDOS DE NOVO SARANDI, com sede e foro no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Fundado em 01 de abril de 1997, com Estatutos devidamente registrados sob nº 767 em data de 09.04.97, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em Toledo-PR, inscrito no CGC/ME 01.846.313/0001-28, e tem por finalidade a prestação de serviços sócio-comunitários, culturais, recreativos dos idosos entre si, na comunidade onde vivem e com outros grupos do município e região.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços comunitários, principalmente na promoção humana do idoso, que ao longo de sua vida tanto trabalhou e produziu, gerando riquezas para sua família e o Estado.

É merecedora do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 153/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post mortem", ao Senhor CELSO CHARURI.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Celso Churari teve uma vida plena de luta em prol da construção de um mundo melhor e após o seu prematuro falecimento em 1981, deixou na entidade PRÓ-VIDA uma continuação deste seu maravilhoso objetivo.

Ao apresentarmos o presente Projeto de Lei, estamos procurando fazer justiça a dedicação de um brasileiro que sonhou criar uma sociedade melhor, baseada nos elevados princípios de respeito, amizade, responsabilidade e fidelidade, como é demonstrado pelos dados biográficos do homenageado.

PROJETO DE LEI Nº 154/98

Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de São José da Boa Vista, com sede à Rua Leopoldo José Barbosa, 363, em São José da Boa Vista, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 23 de julho de 1996, a APAE de São José da Boa Vista é uma sociedade civil de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos.

Conforme se pode comprovar pela documentação que instrui o presente Projeto de Lei, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José da Boa Vista, preenche todos os requisitos legais exigidos para ser declarada de Utilidade Pública, eis que: possui personalidade jurídica, estando registrada sob nº 178 do Livro A-02 do Cartório de Registro Civil, Títulos e Documento se Wenceslau Braz; está em efetivo funcionamento há mais de um ano; não tem fins lucrativos; presta serviços à comunidade e os membros de sua Diretoria não são remunerados.

Outrossim, o Relatório de Atividades demonstra a sobejo o elevado alcance social e a importância da existência desta Associação que, inclusive, já foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 451, de 24 de fevereiro de 1997.

Pelo exposto, temos certeza de contar com o apoio do nobres Parlamentares desta Casa para aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 155/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DE LONDRINA - SAMALON, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Amigos do Museu de Arte de Londrina tem por objetivo democratizar o acesso da comunidade às artes plásticas em geral, além de contribuir para a realização de novos

projetos fomentar as atividades do Museu.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 156/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, na parte que destinou a quantia de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) ao Município de Japurá, alterando a expressão "Reforma na Ginásio de Esportes" para "Construção de um Ginásio de Esportes".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

##### JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Prefeito do Município de Japurá, Osvaldo Perez Franzato, estamos apresentando o presente Projeto de Lei que pretende alterar o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, que previa destinação orçamentária de R\$ 130.000,00 para a reforma do ginásio de esportes. Informa o Senhor Prefeito que foi constatado pela municipalidade a inviabilidade econômica da reforma. Ficando, então, a pretensão de usar o recurso, que já se encontra em Conta Corrente da Prefeitura para a construção de um novo ginásio de esportes.

Para tanto, esperamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela para atender os anseios da comunidade de Japurá.

#### PROJETO DE LEI Nº 157/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito ao Senhor WALTTEL BRANCO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) PÉRICLES DE MELLO

##### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei justifica-se pela posição de destaque que o Senhor Waltel Branco, cidadão paranaense, ocupa no cenário musical brasileiro. Compositor, arranjador e instrumentista (violão, violoncelo, harpa, bandolim e alaúde), Waltel Branco tem sua vida marcada pela música desde a infância. Seu pai, Ismael Branco, também era maestro.

Nascido em Paranaguá no dia 22.11.1929, deu início à sua formação musical aos 12 anos, estudando violão com o professor Bento Mussurunga. Ainda em Curitiba, enquanto cursava o seminário franciscano, estudou canto gregoriano com o Padre Penalva e com Dom João Evangelista. Deixou o seminário em 1949, antes de receber a ordenação, quando estudou música clássica com o professor Jorge Koshag. Naquele mesmo ano seguiu para Cuba, acompanhando a cantora Lia Ray, como arranjador, diretor musical e violonista do conjunto. Em Cuba, também se apresentou com Perez Prado, Mongo Santamaria e Chico O'Farrell. Lá teve o seu nome de batismo alterado para Waltel Branco.

Um ano depois, em 1950, mudou-se para os Estados Unidos, onde estudou música incidental com o maestro Instaley Wilson. Em Nova York conheceu Laurindo de Almeida, tendo se apresentado com ele várias vezes, gravou com Franco Rosolino, Charles Mariano, Sam Noto, Mel Lewis e Max Bennet. Em 1960 participou do Newport Jazz Festival com Budd Shank.

Dedicou-se à música clássica e popular com o mesmo interesse, daí a sua formação eclética. Entre os mestres com os quais estudou, além dos já citados, incluem-se Paulo Sila e Cláudio Santoro (composição), Alceu Bocchino e Mário Tavares (regência), Sebastião de Oliveira, Othon Saleiro e Oscar Cárceres (violão).

Apresentou-se em Roma com Dorival e Nana Caymi e com João Gilberto. Na mesma temporada foi regente da Orquestra Jovem Santa Cecília. Da Itália foi para a França e estudou na Escola Cantorum; na Espanha participou do Festival da Otis, acompanhando Maria Creuza.

No decorrer desta viagem, um episódio influenciou decisivamente na sua formação profissional: ao interpretar, durante um show, uma composição do espanhol Frederico Moreno Tórroba - famoso pelas zarzuelas e concertos de inspiração flamenca que compôs, e diretor da Real Academia de Música de Madrid - foi por ele cumprimentado e, posteriormente, apresentado a André Segóvia. Com o grande mestre do violão, estudou técnica instrumental em Santiago de Compostela durante alguns meses.

Outras informações sobre a atuação de Waltel Branco:

- Produção e direção musical dos LP's gravados por Johnny Mathis e Freddie Cole (irmão de Nat King Cole) para a Gravadora Som Livre;
- Arranjos para João Gilberto, Vanuzza, Cazuza, Agepê, Zé Ketí, Rosa Passos, Maria Creuza, Conjunto Homem de Bem, Roberto Carlos, Peri Ribeiro e Sérgio Ricardo;
- Arranjo para a Orquestra Sinfônica de Brasília, em concerto realizado em conjunto com o Conjunto Homem de Bem (mantras indianos);
- LP's de música clássica: Waltel Recital, CBS; Violão Recital, Som Livre; Música do Século XVI ao Século XX, CID; Música para Violão, CID;
- LP's de música popular: Trio Surdina, Trio Cadillac (Henry Mancini) e Turma do Bom Balanço;
- Música, regência e interpretação de "O Mistério do Amor", com Camila Amado;
- Compositores que criaram música em sua homenagem: Claudio Santoro, Radamés Gnatalli, Guerra Peixe, Laurindo de Almeida, José Menezes, Theodoro Nogueira e Luiz Bonfá;
- Trilha sonora incidental para as seguintes novelas e Especiais da Rede Globo de Televisão: "Assim na Terra como no Céu"; "Irmãos Coragem" (primeira versão); "Passos dos Ventos"; "O Homem que deve Morrer"; "A Patota"; "O Bofe"; "Escalada"; "Uma Noite no Bataclã"; "O Bravo"; "A Moreninha"; "O Feijão e o Sonho"; "Vejo a Lua no Céu"; "Um Sonho a Mais"; "O Tempo e o Vento"; entre outras.
- Produção musical para os Românticos de Cuba, Orquestra Brasileira de Espetáculos e Violinos Mágicos;

- "Terra de todas as gentes", baseado no poema de Adherbal Fortes Júnior e Paulo Vitola, para a inauguração do Teatro Guaíra, em Curitiba;
- "Projeto Trindade", documentário da cineasta Tânia Quaresma, interpretando músicas regionais de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- Arranjos musicais e regência para os Festivais de Música produzidos pela Rede Globo de Televisão, entre 1960 e 1985;
- Projeto "Sete em Ponto", com o Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, em Brasília;
- Apresentações em Brasília com o Grupo Naípe e com o Sexteto Carioca de Brasília;
- Concertos de Música Clássica e popular gravados para a TV Educativa (RJ), TV Cultura (Senhor Presidente) e TV-S (Senhor Presidente) e para as principais Salas do Rio de Janeiro, Niterói, Curitiba e Brasília, interpretando outros compositores e musicais de sua autoria;
- Arranjo em encadeamento paralelo de harmonia (acordes maiores) para a música "Faz parte do meu show", para o compositor Cazuza. Realizou trabalho semelhante com a música "Mentirinha à toa" para a cantora Fafá de Belém, composição também de Cazuza;
- Em dupla de violão, tocou com Bola Sete, Geraldo Vesper, Nicanor Teixeira, Baden Powell, Luiz Bonfá, Garoto, Nestor Campos e Zé Menezes;
- Trabalha como arranjador e regente de João Gilberto há 40 anos. Foi publicada matéria a seu respeito na Revista Bossa Nova (CARAS, junho de 1996);

#### Em 1995:

- Recebeu o prêmio magnífico da Câmara de Vereadores de São Paulo, produção de Zildeti Montiel;
- Foi indicado para ser titular da Orquestra Sinfônica de Brasília, da qual foi Regente no ano de 1991;
- Lançou na Europa o CD "Meu Balanço", pela Mr. Bongo, em Londres;
- Lançou o CD "Kabiesí", patrocinado pelo Banco Bamerindus;
- Compôs uma sinfonia a pedido do Consulado da República Dominicana, que chamou-se "Chamado Caribe que



Buena Onda" e foi executado no Memorial da América Latina pela Banda Sinfônica de São Paulo;

Fez o arranjo do Hino Nacional Brasileiro, a pedido do maestro Isaac Karabitchevski, tocado na Orquestra de Viena, onde é titular.

#### PROJETO DE LEI Nº 158/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado ao consumidor o direito de obter informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializadas nos postos revendedores situados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Os postos revendedores que exibirem a marca e a identificação visual de determinada empresa distribuidora de combustíveis, somente poderão comercializar produtos combustíveis adquiridos dessa distribuidora, de modo a assegurar ao consumidor o perfeito conhecimento sobre a origem e a qualidade do produto adquirido.

Art. 3º - As empresas distribuidoras não poderão fornecer produtos combustíveis a postos revendedores que exibirem a marca e a indicação visual de outra distribuidora.

Art. 4º - A comercialização de produtos combustíveis em desacordo com os termos desta lei induz em erro o consumidor, importando em publicidade enganosa, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas na presente lei, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais aplicáveis.

Art. 5º - A fiscalização quanto ao exato cumprimento da presente lei no Estado do Paraná deverá ser realizada pelas Delegacias de Polícia especializadas no atendimento ao consumidor - DECON, pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, pelas Delegacias de Polícias situadas no Estado do Paraná e pelos demais órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Art. 6º - Os postos revendedores que induzirem o consumidor a erro, expondo a venda, ocultando ou recebendo para o fim de ser vendido, produto combustível de distribuidora distinta daquela que ostenta a marca e identificação visual, ficarão sujeitos ao pagamento de uma multa equivalente a 5.000 UFIR's.

§ 1º - A multa será elevada para 8.000 UFIR's se o posto revendedor vender, expor a venda, ocultar ou receber para o fim de ser vendido, produto combustível de empresa não autorizada pelos órgãos competentes a exercer no território nacional a atividade de distribuidora de produtos combustíveis.

Art. 7º - As distribuidoras que fornecerem produtos combustíveis a postos revendedores que exibam a marca e a identificação visual de outra distribuidora ficarão sujeitas ao pagamento de uma multa equivalente a 30.000 UFIR's.

Art. 8º - As multas deverão ser impostas pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, devendo os valores arrecadados serem revertidos aos cofres do Estado do Paraná.

Art. 9º - A ocorrência de flagrante de violação aos termos da presente lei por quaisquer dos órgãos relacionados no artigo 5º acarretará na apreensão dos produtos irregularmente distribuídos, através de medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo, nos termos do que estabelecem o inciso II e o parágrafo único do art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

§ 1º - Também deverá ser aplicada a medida cautelar antecedente ou incidente de apreensão de produtos caso fique constatado, por exame prévio, que os produtos armazenados nos reservatórios do posto revendedor não estão em conformidade com as especificações técnicas determinadas na legislação própria, ou aquelas fornecidas pela distribuidora da qual o revendedor exiba a marca e a identificação visual.

§ 2º - Os produtos apreendidos nos termos deste artigo deverão ser imediatamente encaminhados para análise de qualidade e especificação técnica.

ca, a ser realizada pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT ou outro órgão que venha a ser conveniado e que disponha de capacitação técnica para realização da análise.

§ 3º - Durante a realização da análise e até a apresentação do laudo final pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, visando proteger o consumidor de eventuais riscos, o posto revendedor e a distribuidora de combustíveis infratores ficarão impedidos de comercializar seus produtos, devendo-lhes ser aplicada a pena de suspensão temporária de fornecimento de produtos, também mediante cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 10 - Caso seja comprovado, através da análise efetuada, que os produtos apreendidos nos termos do artigo anterior apresentam vícios de qualidade por inadequação, será aplicado tanto ao posto revendedor quanto à distribuidora de combustíveis a pena de suspensão de fornecimento, prevista no inciso VI no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, ficando os infratores impedidos de comercializar seus produtos pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da divulgação da análise.

Art. 11 - O posto revendedor e/ou distribuidora de combustíveis que rescindir na prática de infrações previstas na presente lei, insistindo em induzir o consumidor a erro, terá cassada sua inscrição estadual junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná.

Art. 12 - A origem dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores será comprovada mediante qualquer meio de prova idôneo, especialmente pelos Livros e Notas Fiscais, pelo Livro de Movimentação de Combustíveis - LMC, pela leitura do número dos encerramentos das bombas de abastecimento, pela medição dos tanques de combustíveis, bem como pelos testes realizados para identificar a especificação e procedência dos produtos.

Parágrafo Único - Os postos revendedores que ostentarem a marca e a identificação visual de determinada pela distribuidora de combustíveis

deverão permitir a instalação, pela referida distribuidora, de equipamentos e/ou dispositivos eletrônicos que possibilitem o controle da origem e da qualidade dos produtos neles revendidos.

Art. 13 - Para execução da presente lei, fica assegurado aos agentes de fiscalização dos órgãos competentes o livre acesso às dependências das empresas onde sejam armazenados, distribuídos, transportados, expostos à venda e comercializados os produtos e serviços nela referidos, bem como à documentação pertinente.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

Os diversos casos de adulteração na especificação dos produtos, com a adição de água, álcool em excesso e principalmente de solventes de borraça e demais produtos químicos nos combustíveis trouxeram enormes prejuízos a diversos consumidores, que se viram obrigados a reparar seus veículos em virtude da má qualidade dos combustíveis.

A adição de tais produtos químicos aos combustíveis é tremendamente nociva ao homem e ao meio-ambiente, visto que os mesmos são altamente tóxicos e podem causar doenças respiratórias em toda a população.

O objetivo do presente Projeto de Lei é assegurar aos consumidores do Estado do Paraná o total conhecimento sobre a procedência e a qualidade do combustível utilizado em seus automóveis, possibilitando que os mesmos possam pleitear, de maneira direta e eficaz, a reparação dos danos e as indenizações cabíveis em virtude da comercialização de combustíveis de baixa qualidade.

Como se sabe, com o processo de desregulamentação provido pelo Departamento Nacional de Combustíveis, este deixou de estabelecer a obrigatoriedade do posto revendedor em adquirir combustíveis exclusivamente da distribuidora que ostenta a marca, deixando a critério das partes a resolução de tais questões, seja através dos contratos que mantém ou por meio do Código de Propriedade Industrial.

Atualmente, o consumidor ao abastecer o seu veículo em um posto revendedor com identificação visual da distribuidora Esso pode estar adquirindo, por exemplo, produtos de uma distribuidora. Na semana seguinte, o mesmo posto pode estar adquirindo e revendendo produtos de outra distribuidora, deixando completamente perdidos e desamparados os consumidores.

A estabelecer a relação direta entre a distribuidora e o posto de sua imagem, visa o presente projeto, portanto, evitar que a desregulamentação seja utilizada como pretexto para que os comerciantes inescrupulosos esquivem-se de suas responsabilidades para com o consumidor, que tem na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) um importante instrumento de garantia de seus interesses, mas que necessita de constantes atualizações e complementações.

O próprio Código de Defesa do Consumidor estabelece ser direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.

Por fim, o projeto pretende facilitar e agilizar a ação da fiscalização, que conta com um efeito limitado de pessoas, de tal sorte que se um posto estiver comercializando produtos adulterados, somente duas empresas poderão ter realizado tal adulteração: o próprio posto ou a distribuidora que o mesmo ostenta a identificação visual.

É este projeto que submeto à apreciação dos ilustres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 159/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO JORDÃO, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos promover e incentivar atividades sociais, culturais, esportivas e econômicas entre os associados, bem como desenvolver atividades educacionais condizentes com as necessidades do meio rural, ajudando o desenvolvimento das localidades envolvidas. A principal finalidade da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jordão é encaminhar e comercializar a produção de seus associados, facilitando a descoberta de mercados favoráveis e representando a comunidade perante as autoridades e instituições, através de encontros técnicos das áreas competentes, visando a melhoria de vida da comunidade.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nº 8.589 e 6.994 que estabelecem as normas para a declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/98

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o ALBERGUE NOTURNO FREDERICO OZANAM, no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos albergar com o apoio da comunidade aos desamparados ou desvalidos e abandonados em trânsito ou em tratamento de saúde, com vistas à sua promoção integral, proporcionando-lhes alimentação, higiene e pouso por determinado período, assistência espiritual e religiosa, moral e cívica, lazer e atividades compatíveis com a higiene mental e outros benefícios ao alcance da instituição.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nº 8.589 e 6.994 que estabelecem as normas para a declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio

dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caito Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 372/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN (CIRETRAN), no Município de Santa Helena. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 372/97  
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Santa Helena, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN.

§ 1º - O órgão de que trata o "caput" deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no citado município.

§ 2º - A CIRETRAN de Santa Helena terá como área de abrangência, além da sede do órgão, as unidades municipais de São José das Palmeiras e de Diamante do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.04.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro na Cidade de Santana de Itararé. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 070/98  
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.04.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 086/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Santana de Itararé. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 28, de 31.03.98).

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 91/97, de 09.06.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 265/97

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Araucária.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

(Publ. no D. A. nº 34/98, de 13.04.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 103/98

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro naquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, no Município de Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 38/98, de 16.04.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 122/98

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, no Município de Rondon.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/97, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Guaraci. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 55/97, de 22.04.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 172/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Guaraci, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Sobre a mesa, Requerimento nº 747, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 755 e 756, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 749, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 752, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 751, de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 750, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 758, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 760, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 767 e 768, de autoria do Senhor Deputado César Selme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 769, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 748, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) -  
Quero me inscrever em Explicações Pessoais.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Está inscrito.

Requerimento nº 757, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha, inscrito.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -  
(Lê):

"PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO  
PPB

Diretório Nacional  
Resolução nº 5/98-CEN,

de 06 de maio de 1998.

O Presidente do Diretório Nacional do Partido Progressista Brasileiro - PPB, consoante o artigo 124 do Estatuto e de acordo com decisão unânime da reunião da Comissão Executiva Nacional, realizada nesta data, resolve:

I. nomear para comporem a Comissão Provisória Estadual do Partido no Estado do Paraná os seguintes:

1. José Janene - Presidente
  2. Augustinho Zucchi
  3. Antônio Celso Garcia
  4. Assad Jannami
  5. César Seleme
  6. Derli Donin
  7. Dilceu Sperafico
  8. Duílio Genari
  9. Elias Vidai
  10. Harry Daijó
  11. Irondi Pugliesi
  12. João Iensen
  13. Luiz Carlos Borges da Silveira
  14. Neivo Beraldin
  15. Nelson Meurer
  16. Ricardo Barros
  17. Salazar Barreiros
- Suplentes:

1. Carlos A. Carvalho
2. Edson Silva Lino
3. Euclides Locatelli
4. José Moacir Faveti
5. João Techy Filho
6. Fernando Ribas Carli
1. Rosemari Kaluf

II. A Comissão ora nomeada tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para organizar e dirigir a convenção estadual, para eleição do respectivo Diretório e tem amplos poderes para organizar o Partido no Estado, nomeando Comissões Provisórias Municipais e Zonais e organizar as respectivas convenções e, ainda, marcar as datas junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

III. Fica revogadas qualquer Resolução anterior que tenha sido expedida sobre o assunto.

(aa) Dr. PAULO SALIM MALUF  
Presidente  
Deputado BENEDITO DOMINGOS  
Secretário-Geral"

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Concedo a palavra ao Ilustre Deputado Florisvaldo Fier, para Explicações Pessoais.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedi Explicações Pessoais porque na sessão de hoje, gostaria de fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, mas ela antecedeu por dois minutos o seu início. Temos acompanhado fiel e corretamente as sessões.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Esta Presidência interrompe seu pronunciamento mais uma vez para desmentir Vossa Excelência.

O horário do início da sessão foi 14:00 horas, conforme o nosso relógio. Vossa Excelência não é dono da verdade! Aliás, tem mentido muito!

O SR. FLORISVALDO FIER - Nem Vossa Excelência é o dono da verdade! Talvez dono do relógio adiantado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - A Mesa não pode interromper o orador na tribuna. Não no discurso. Não tem nenhuma lógica.

O orador não tem liberdade de falar?

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Para mentir, não tem não!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - O Presidente que preside a sessão pode interromper o orador a qualquer instante que for necessário.

O SR. FLORISVALDO FIER - Muito obrigado, Deputado Basílio Zanusso, mas deve interromper com educação.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Vossa Excelência deverá retirar o que disse - que começamos a sessão fora do horário, sob pena de ser cassada a palavra - para que Vossa Excelência entenda que existe aqui uma seriedade na administração.

O SR. FLORISVALDO FIER - O que falei, não vou retirar.  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejava ser inscrito no Pequeno Expediente, porque o "Diário Oficial"

do dia 17.03.98 traz um ofício do Senhor Governador, autorizando um parecer que foi dado no ofício nº 277 da Secretaria de Segurança Pública.

Quero lembrar que, no mês de fevereiro, os médicos do IML ameaçaram entrar em greve, porém essa greve não se concretizou. Por quê, se nesta Casa não foi votado nenhum ajuste salarial? Não se concretizou, porque o Secretário de Segurança Pública mandou um ofício ao Governador - nº 277 - e pediu autorização para dar um aumento de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei nº 6.174, que é o Estatuto do Servidor Público.

O que diz este artigo e esta lei? Diz que a gratificação prevista será concedida para exercícios e encargos sociais. E definem, em outro artigo, que encargos especiais são os Assessores do Senhor Governador.

Baseado nesta premissa, todos os peritos criminais, médicos legistas, químicos e toxicologistas foram enquadrados da noite para o dia como "Assessor Especial" do Palácio Iguaçu. Menos os inativos e os outros servidores do IML. Passou a se conceder gratificação, a menor, de 947; e a maior, de 1.913 reais. É lógico, os médicos não fizeram mais greve, os legistas não fizeram mais greve, quer dizer, faz uma correção, dá-se uma "Gratificação Especial", baseado de que todos eles ocupam cargos especiais dentro do Palácio Iguaçu, como assessoria especial do Senhor Governador.

Todos que queiram receber são obrigados a requerer para poder receber, o que demonstra a imoralidade que a Secretaria não quer se envolver, dizendo que é o médico que está requerendo, ou o profissional que está requerendo. E alguns desses que estão e podem requerer, têm dupla carga horária, têm dois ou três empregos, fazendo com que tenham que trabalhar até 60 horas por semana, se forem cumprir os serviços que têm, como por exemplo: são profissionais da Universidade Federal, do Instituto Médico Legal, somam-se ainda a carga horária.

O Governador e o Secretário de Segurança, não permitiram a greve, agiram de maneira ilegal, porque não remeteram para esta Casa, nomeou da noite para o dia, todo mundo como "Assessor Especial", e de uma maneira imoral como foi concedida, porque não

foi votada absolutamente nada nesta Casa, como já foi concedido outros reajustes em outros momentos para cargos de confiança.

Analisando esta documentação, nossa assessoria está preparando uma representação junto ao Ministério Público, para darmos entrada em uma ação direta de inconstitucionalidade. Porque é inconstitucional! A Constituição do nosso Estado diz que todos os reajustes e todos os acréscimos salariais ou gratificações têm que ser aprovados por esta Parlamento, e no entanto não foi.

O Diário Oficial traz simplesmente uma nota minúscula, dizendo que atendia o "Parecer X", referente ao "Ofício Y", quando citava os números dos mesmos e não tem no Diário Oficial quais são os conteúdos desses ofícios ou desse parecer.

Chegou às nossas mãos graças a funcionário do próprio IML, que se sentiu agredido com esse tipo de prática, querendo fazer dele instrumento da imoralidade, da ilegalidade, ao ele ter que requerer junto ao Diretor, Doutor Francisco, estas gratificações. Ele se sentiu agredido no seu salário aviltante, desejoso de remuneração digna e não de cambalachos feito pelo Palácio Iguaçu. Ele, como profissional competente, que deseja o respeito da comunidade, não aceita a imoralidade que o Diretor do Instituto Médico Legal, junto com o Secretário e o Senhor Governador estão executando, através de maneira obscuras e imorais. Acabasse com a greve, sendo que muitas vezes a remuneração dessa gratificação chega quase a superar até o salário nominal desses profissionais. Ganha-se ilegalmente uma gratificação, quando o desejo é salário digno.

Entraremos com uma ação direta, com uma representação para uma ação direta de inconstitucionalidade.

Era essa a comunicação que queríamos fazer, que vamos entrar com ação direta de inconstitucionalidade em função desse ato.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -  
Senhor Presidente, gostaria de me inscrever no Horário das Explicações Pessoais.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Vossa Excelência tem a palavra.



O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, o que quero falar hoje é sobre alguns aspectos do problema da educação do Estado do Paraná, a administração da educação no Estado do Paraná, como está acontecendo.

Tivemos há poucos dias, o conhecimento de uma circular interna da Secretaria de Estado da Educação, logo após a aprovação do projeto "PARANÁEDUCAÇÃO" e que trata de maneira discriminatória as mulheres do Paraná. No dia 09 estaremos comemorando o Dia das Mães, mas por esta nota interna da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, aquelas mulheres professoras que porventura queiram ser mães, podem, mas não continuarão a exercer a atividade de professora.

Vamos ler o que diz a circular interna (Lê):

**"SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
RECURSOS HUMANOS - ÁREA ADMINISTRATIVA**

Senhor Chefe.

Em relação a situação dos contratos das professoras grávidas, que na distribuição de aulas, venham a ficar as mesmas, informamos que os procedimentos a serem adotados serão os seguintes:

- 1 - Professoras em período de gestação tem garantia do contrato, independente de número de aulas, podendo ser até mesmo, uma aula (de acordo com grade curricular). Se a gravidez não é aparente, a professora deverá apresentar atestado médico para comprovação.
- 2 - Professora em licença de gestação, tem garantia de contrato com o mesmo número de aulas de quando entrou em licença, não poderá ser dispensada até 30 dias após o término da licença.

Suprir como substituto o professor que assumiu suas aulas (mesmo que seja efetivo).

Terminada a licença, as aulas passam a ser definitivas para o substituto, e o suprimento da professora celetista será feito em demanda especial 30 dias após o que será feita a rescisão por dispensa sem justa causa.

Havendo necessidade de esclarecimentos, entrar em contato com o (ilegível) CLT, pelos telefones:

3401560, 3401572, 3401573, 3401574 e 3401566.

Atenciosamente

(a) MARGARET DE FÁTIMA PESCH DUCAT  
Chefe do GRES"

Outra Circular Interna (Lê):

"Senhor(a) Chefe.

1. Professoras CLT com contrato prorrogado ao terminar a licença de gestação, deverão ser supridas por 30 dias, com o código de disciplina 8100, para tanto deverá ser solicitado ao GSAE a abertura de demanda especial através de malote eletrônico onde conste a carga horária e o período. Passado os 30 (trinta) dias esse Núcleo deverá fazer o cancelamento. (Malote nº 986/98-Item 2).
2. Utilizar o código 63 (Participou do leilão - não obteve aula)."

Para cancelar no SAE o suprimento de todos os professores contratados, CLT, prorrogado, porque ficaram sem aula por rescisão de contrato, evidentemente por conta da gravidez que o PARANÁEDUCAÇÃO não deseja.

Isso é gravíssimo! Isso aqui é uma discriminação oficial às professoras do Paraná. É o primeiro problema do PARANÁEDUCAÇÃO que trata de maneira privada e de uma forma autoritária a relação com os professores do Paraná.

O Sr. Toti Colaço - Me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Irineu Colombo, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto que traz na sessão esta tarde. Vossa Excelência tem o meu total e irrestrito apoio nos seus reclamos com relação a esta resolução interna da Secretaria de Educação.

Gostaria que Vossa Excelência, que é Presidente da Comissão de Educação, acrescentasse mais uma reclamação, até porque já passou aqui, por esta Casa, um Requerimento de minha autoria, onde a Secretaria de Educação está fazendo um teste de avaliação em cima das professoras celetistas do Estado do Paraná. Por quê? Porque agora, com a rescisão contratual que vai ser feita dentro em breve com as celetistas que vão passar, muitas delas,

em sua totalidade, para o PARANÁEDUCAÇÃO, estão fazendo um teste seletivo.

E temos informações que estes testes seletivos são feitos, na maioria das vezes, por pessoas completamente sem nenhum vínculo com a área, com a atividade da professora dentro da sala de aula. Isto, a meu ver, está ocorrendo em algumas microrregiões, principalmente aqui na região mais do lado sul, algumas retaliações políticas. Por quê? Porque quando a professora foi contratada, mesmo no regime CLT, ela participou de um teste seletivo, ela não entrou pura e simplesmente sem nenhum teste, ela passou por um teste seletivo. Já está há 5, 6, 7, 8 anos dando aulas naquele estabelecimento de ensino. Agora, o seu contrato de trabalho vai ser extinto. Com a criação do PARANÁEDUCAÇÃO, rescinde-se o contrato e passa a ser funcionária do PARANÁEDUCAÇÃO, que é uma empresa privada, de direito privado com recursos públicos. Muito bem. E agora estão fazendo este teste seletivo em cima destas professoras que já estão há 7, 8, 10 anos dando aula.

A meu ver está errado. É uma injustiça que está se fazendo e é por onde passam as retaliações e perseguições políticas aí. Não está afinado com o Chefe do Núcleo, não está afinado com o Prefeito, não está afinado com o Secretário de Estado, não está afinado com o Secretário de Estado, não está afinado com o Governo do Estado, não está afinado com o Deputado. Automaticamente, esse tem que ficar fora.

Então, me parece que não foi com esta intenção que fora criado o PARANÁEDUCAÇÃO. E o professor Ramiro - ao qual tenho respeito por ele como professor - se não tomar as devidas providências, haveremos de fazer através desta Casa um movimento na defesa dessas professoras que, a meu ver, não quero dizer 100%, mas a maioria absoluta está sendo avaliada por pessoas que não têm nenhuma qualificação, não têm nada a ver com a atividade que a professora exerce em sala de aula e estão dando nota lá em cima das pernas: 4; 5; 4; 5... O pessoal que não atingir a média 6, automaticamente está fora da contratação do PARANÁEDUCAÇÃO.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero que o Deputado Caíto Quintana, principalmente que é o constitucionalista de primeira grandeza nesta Casa, possa se inteirar deste assunto e nos dar o apoio necessário para esta questão também.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Colombo, me concede um aparte?

(Assentimento).

Fui procurado na semana passado por uma professora do Município de Quatro Barras, que veio da nossa região do Vale do Ivaí, e me disse que foi avaliada e reprovada por uma Comissão que tinha a merendeira, uma mãe de aluno e uma outra que não sei se era um funcionário administrativo ou uma professora, com quem ela nunca tinha sequer tido qualquer tipo de relacionamento ou de amizade ou de trabalho. E que ela estranhou muito que tivesse sido reprovada nesta avaliação por esta escola, já que numa outra escola, que ela administra aula, foi aprovado com um grau assim - não vou dizer excelente - mas com um grau de alto nível de satisfação. Ela estranhou demais, porque numa escola ela teve aprovação e na outra escola ela foi reprovada por uma comissão de três pessoas que fez a avaliação dela, para recomendar ou não a contratação dela no PARANÁEDUCAÇÃO, que tinha a merendeira, que tinha a mãe de aluno, pai de aluno e uma terceira pessoa que não lembro. Só para vermos que está existindo aí coisas que podem levar à injustiças e que nos preocupam nessa questão de implantação do PARANÁEDUCAÇÃO.

O SR. JOEL COIMBRA - O que acontece, é que primeiro o PARANÁEDUCAÇÃO, sob o meu ponto de vista, é inconstitucional. Segundo, quando se trata da professora, no caso levado pelo Deputado Toti Colaço, já ter tido experiência - a própria LDB diz que no mínimo um professor para ser contratado por concurso público, tem que ter 300 horas de experiência, e portanto, o princípio e, de quando mais experiência, melhor é para o serviço público esta experiência. No PARANÁEDUCAÇÃO esse princípio tem um valor contrário.

Também permite o PARANÁEDUCAÇÃO, na forma como está sendo administrado, como empresa privada, a manipulação, o

constrangimento, a favores de ordem pessoa, ligações políticas, etc. Isso é extremamente penoso para a educação, que tem que ser dada de forma livre, plural, aberta e sem discriminação.

O que trago, do ponto de vista dessas circulares internas, mostra que o PARANÁEDUCAÇÃO, além dos problemas levantados pelos Deputados Orlando Pessuti e Toti Colaço, traz a questão da discriminação à mulher, lembrando que estaremos comemorando o "Dia das Mães", e o PARANÁEDUCAÇÃO não deveria ter mães, porque na prática, vai ter uma mãe desempregada, porque trinta dias depois da licença gestação, vai ser mandada embora, sem justa causa, pelos códigos já mencionados nestas portarias que estarei lembrando aos Senhores Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, só queria, aproveitando Vossa Excelência que trata do assunto PARANÁEDUCAÇÃO, comunicar a esta Casa, que estou com um projeto pronto para entrar na Casa e acredito que possamos discutir muito bem sobre isso, revogando, extinguindo a lei que criou o PARANÁEDUCAÇÃO. Estava aguardando para dar entrada exatamente neste material, que coincidentemente trouxe em mãos para poder ler aqui no Plenário, que é a reforma administrativa, que toda a argumentação - se tomarmos a própria Ordem do Dia, do dia que votou o PARANÁEDUCAÇÃO, vamos ver que a mensagem do Governo, a sustentação dos Partidos governistas dessa Casa, se deram em razão da constatação governamental, de que 35% dos funcionários da educação eram contratados e que o Tribunal de Contas não estava aceitando mais as contratações.

Com a aprovação da reforma administrativa, esta questão, Deputado, caiu por terra! É permitida a contratação pelos serviço público, de funcionários, nos mesmos moldes que a PARANÁEDUCAÇÃO vai fazer. Razão pela qual torna-se completamente desnecessário na sua eficácia.

Por outro lado, concordo com V na questão da própria constitucionalidade, é uma forma subreptícia de contratar sem concurso público, se o dado é esse. Segundo, o Estado estaria comprando serviço que ele tem constitui-

onalmente, que oferecer. Estaria comprando a iniciativa privada, o serviço de professor, quando na verdade a Secretaria de Educação, através de seus concursos, deve pela obrigatoriedade de aplicação de recurso, pela Constituição, de aplicar nela.

Então, até peço apoio de Vossa Excelência, que está estudando sobre o assunto, para que possamos discutir com profundidade esta questão, no instante em que este projeto entrar no Plenário, porque ele é completamente inócuo ao serviço de educação no E:.

O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado, colaborando com a sua idéia, digo mais: o PARANÁEDUCAÇÃO contraria inclusive, o princípio das teses liberais. As teses liberais dizem que os serviços não essenciais não devem ser de alçada do Estado, e sim delegado a iniciativa privada, sobrando para o Estado o controle direto da educação, segurança pública e saúde, entre outros. E aqui no Paraná o liberalismo avança até afrontando as teses do princípio liberal - PARANÁEDUCAÇÃO.

Continuando, estamos para votar um projeto que coloca 180 milhões no PARANÁEDUCAÇÃO e tira de uma rubrica do orçamento, que é do FUNDEP, a distribuição. Está escrito na Lei Federal, está na LDB que 25% do orçamento dos Estados têm que ser destinados à educação, incluindo aí o transporte escolar. Estão tirando do FUNDEP o recurso para passarem para o PARANÁEDUCAÇÃO, e nem na alçada do PARANÁEDUCAÇÃO há transporte escolar como uma meta sua.

No Estado de Santa Catarina já temos lá o Governo de Santa Catarina aplicando plenamente a lei que diz que tem que gastar também com o transporte escolar, porque a rede de alunos, a rede estadual, os alunos são transportados pelo município, os municípios estão cheios de tarefas, com inúmeros problemas e até agora o Governo do Estado do Paraná não se tornou sensível para destinar recurso ao programa de transporte escolar.

Teremos, nos próximos dias, uma manifestação dos Prefeitos, que estão organizando marchas para exigirem recursos para o transporte escolar. Se aprovarmos 180 milhões para o PARANÁEDUCAÇÃO, haveremos de fazer uma emenda aqui, colocando uma rubrica

onde vai destinar recursos para o transporte escolar aos municípios, em convênio com os municípios.

O Estado de Santa Catarina está na frente do Estado do Paraná, coloca dinheiro para o transporte escolar dos seus alunos. Isso é importante ter como medida, e tem vários artigos, já está circulando, das ações dos Prefeitos que querem recursos para transportarem alunos, estão passando nas escolas e em geral 70% dos alunos que os ônibus transportam, levando até às escolas, são de responsabilidade do Estado do Paraná.

Portanto, é importante que o Governo observe isso. Tem que cumprir a lei. 25% de investimento para a educação, incluindo aí transporte escolar. O Estado do Paraná não cumpre, não tem um programinha, nem um ônibus - acho - que transporta alunos da sua rede; e os municípios estão transportando alunos da rede municipal, da rede estadual e alguns da rede federal e particular, das universidades particulares. Isso é problemático!

Passarei às mãos dos Senhores Deputados, um artigo de opinião do Prefeito de Medianeira, Luiz Suzuki, em que faz uma comparação do que está acontecendo nos demais Estados do Brasil, coloca a penúria dos Prefeitos que estão passando com o transporte escolar, porque o povo não pressiona o Governador vai ao Prefeito que é amigo dele, conhecido, e bate ali, e o Prefeito é obrigado a atender, porque senão leva "cacete" no rádio, no jornal, na reunião, no domingo na feira, na festa, em todo lugar. Isso tem que ser estendida a responsabilidade ao Governo do Estado, inclusive para que o Governo do Estado cumpra a lei dos 25% e nele incluído o transporte escolar.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI **(Pela Ordem)** - Senhor Presidente, queria fazer um comunicado, ao mesmo tempo uma consulta à Presidência, sobre um fato que considero da maior gravidade, pois ainda há pouco me telefonou da Usina de Salto Caxias o Deputado Nereu Moura. Ele representava a Assembleia Legislativa junto ao GEM, que é o grupo que efetivamente tem feito a discussão e o encaminhamento referente

à negociação das famílias que foram removidas, do impacto, enfim, que sofreram pela construção da barragem da Usina.

Muito bem, ele era, Excelência, porque chegou a COPEL, via COPEL, a destituição do Deputado Nereu Moura como representante da Assembleia Legislativa e a nomeação, pelo 1º vice-Presidente desta Casa, Deputado Luiz Carlos Zuk, do Deputado Estadual Irineu Colombo. E o Deputado Irineu Colombo me relatou ainda há pouco que não tinha conhecimento da sua nomeação para esta representação da Assembleia Legislativa.

Portanto, nas deliberações que estão sendo tomadas neste dia, não há a representação da Assembleia Legislativa, porque a COPEL, a alta direção da COPEL impede, constrange, a participação de um Deputado legitimamente eleito e indicado por esta Casa para representá-la e ele o faz desde o início deste grupo da Usina de Salto Caxias.

Por isso queria me socorrer a Vossa Excelência para que pudéssemos encontrar rapidamente uma solução para que pudéssemos restabelecer efetivamente a possibilidade do Deputado Nereu Moura exercer o seu mandato e a representação que havia recebido desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)** -

Senhor Presidente, talvez possa contribuir para o esclarecimento deste fato. Fizemos um Requerimento para o Presidente desta Casa para que fosse indicado um representante da Assembleia Legislativa no GEM porque esta Comissão de Estudos Multidisciplinares feito pela COPEL, já tinha encerrado as suas atividades necessárias, inclusive com Ata de Encerramento.

Depois, surgiram novos problemas e se fez necessária a reconstituição desta Comissão que é o GEM, por isso pedimos ao Presidente desta Assembleia que indicasse um representante da Casa, e como tínhamos um pedido do Deputado Irineu Colombo, que gostaria de ser o representante, aceitamos o seu pedido e o indicamos para representar a Assembleia junto ao GEM.

O SENHOR PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)** -

Esta Presidência agradece as informações dos Deputados Romanelli e

Valdir Rossoni e tão logo volte o nosso Presidente, se houver alguma dúvida, ele esclarecerá.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - A reunião que está acontecendo em Salto Caxias não é do GEM, são alguns representantes do GEM que vão acompanhar como fiscais, o pessoal da COPEL e as associações comerciais dos municípios. São pequenas reuniões que não têm caráter deliberativo - o GEM tem caráter deliberativo - que estão se realizando em cada município e depois vão sistematizar estas reuniões, trabalhar uma metodologia de ação para atender aquela comunidade e aí sim, na metodologia o GEM decide.

Iremos, eu e o Deputado Nereu Moura, continuar participando do GEM, na condição de um ou outro. Na última reunião, o Deputado Nereu Moura praticamente a encaminhou, tranquilamente, sem problema nenhum.

Então, esta reunião hoje em Boa Vista, como vai acontecer em Três Barras e tantos outros municípios, têm um caráter meramente informativo para levantar as angústias da sociedade, que problemas aconteceram com o supermercado, com o dentista e outros, com relação ao impacto da usina.

Portanto, não há prejuízo da minha participação lá, acompanhado pelo Deputado Nereu Moura, que é um Deputado que também vai decidir em nome da Comissão Parlamentar.

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em Explicações Pessoais, com a palavra o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna a propósito das explicações dadas pelo eminente colega Irineu Colombo a respeito do PARANÁEDUCAÇÃO, porque como relator da matéria, tenho a convicção de que ela é constitucional. Evidentemente que discutir constitucionalidade de lei é como caminhar em areia movediça, tal o número de incertezas que o intérprete encontra e tem que resolver. No caso brasileiro, esta dificuldade aumenta porque a nossa Constituição, sob o plano formal, possui terríveis defeitos de redação e de sistematização, sem contar que em vários casos trata

de questões que não são constitucionais.

No entanto, podemos resolver esta questão se fundarmos numa regra básica, simples de que a Constituição é um sistema e que, portanto, como tal deve ser interpretada. Diante disso, precisamos verificar: primeira, qual é a natureza jurídica da PARANÁEDUCAÇÃO? O primeiro equívoco que acontece é confundir pessoa jurídica de direito privado com empresa privada. Esse é o primeiro grande equívoco.

Li no jornal, o comentário do meu colega, eminente Promotor Sid Marques Vasquez, quando dizia que os recursos públicos não podem ser destinados à iniciativa privada, e está corretíssimo. No entanto, isto não significa que a PARANÁEDUCAÇÃO seja empresa privada, até porque não conseguimos indicar um sócio privado do PARANÁEDUCAÇÃO.

Retorno aqui aquela argumentação que coloquei quando da sustentação do PARANÁEDUCAÇÃO. Primeiro, temos que verificar a estrutura da nossa administração pública, e é preciso atentar para aquela classificação de entidades estatais, autarquias e fundações e entidades paraestatais. As únicas entidades estatais são: a União, os Estados, os Territórios e os Municípios, sendo que desse, a única detentora de soberania é a União, as demais entidades são detentores de autonomia; temos as autarquias e as fundações, e temos as entidades paraestatais, essa sim pessoa jurídica de direito privado, mas integrantes da estrutura da administração pública.

Nesse quadro vamos encontrar que o Paraná é uma espécie do que é gênero a entidade paraestatal. Vamos encontrar os serviços sociais autônomos. Os serviços sociais autônomos, se classificam em entidade que podem se dedicar às atividades econômicas e às atividades não econômicas, que são aquelas que visam realizar as finalidades próprias do Estado.

Existe aí uma questão que apresenta motivo justificável para a discussão, mas que não podemos atribuir a essa discussão e a essa dúvida alguma falha da lei. Refiro-me, por exemplo, ao aspecto do concurso público. Quando os eminentes - e também o eminente colega do Ministério Público - falaram sobre a questão relacionada ao concur-

so público, é bom lembrar que a ausência do concurso não compromete e nem marca por inconstitucionalidade a PARANÁEDUCAÇÃO. Por quê? Porque, primeiro, houve o interesse de fazer uma emenda ressaltando a exigência do concurso e da gratuidade do ensino, mas foi rejeitada esta idéia. Só que não havia a necessidade dessa emenda, porque a lei ordinária não precisa dispor sobre a quilo que a Constituição já dispõe.

Então, não precisamos exigir concurso se a Constituição já exige concurso, não precisamos dizer que ela terá que prestar ensino gratuito porque a Constituição já diz que esse ensino é gratuito. Portanto, é uma questão de, por exemplo, es estiver ocorrendo abandono da idéia do concurso, é matéria que deve ser discutida em outra área, mas não sob a alegação de constitucionalidade.

Gostaria de fazer esta explicação, chamar aqui a atenção, apenas sob o sentido de que talvez possamos até ser chamados e seja necessário fazer alguns reparos à lei do PARANÁEDUCAÇÃO, mas a maneira como esta sendo administrado o PARANÁEDUCAÇÃO, mas dizer sobre a constitucionalidade do PARANÁEDUCAÇÃO, considero um equívoco e reitero a nossa posição.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Joel Coimbra, primeiramente quero dizer que tenho um apreço a Vossa Excelência, até porque Vossa Excelência, um jurista, um profundo conhecedor da lei, representante do Ministério Público e, por esta razão, nós lhe temos um respeito muito grande.

Mas em que pese mesmo assim, com todo o respeito e com vênias, pedindo a Vossa Excelência - não consigo ainda, por mais que me esforce - fiquei atento do primeiro momento até agora tentando acompanhar as suas explicações, com relação especificamente ao PARANÁEDUCAÇÃO - estava me esforçando para concordar que não há vício de inconstitucionalidade neste projeto. Tenho me esforçado para tentar interpretar esta nova visão, que o Governo do Estado do Paraná esta dando ao PARANÁEDUCAÇÃO, ao PARANÁCIDADE, ao PARANÁESPORTE e ao PARANÁTURISMO,

com uma figura de direito privado gerenciado pela maioria absoluta de funcionários públicos e sendo alimentada permanentemente com recursos públicos.

Repassar para a população que não há necessidade de fazer concurso público no PARANÁEDUCAÇÃO, acho que é óbvio. Não há razões para essa exigência, em hipótese alguma. É uma empresa que irá ser gerenciada e administrada sob o patamar do direito privado. Então, para que fazer um concurso público?

Por esta razão que continuo na dúvida, questionando e não concordo neste detalhe com Vossa Excelência, porque a meu ver, continua sendo um desmonte da máquina do ensino público no Estado do Paraná, um desestímulo total e absoluto ao magistério, às professoras que querem fazer da sua carreira uma atividade pública mas ministrando aula, porque não teremos mais concursos públicos no Estado do Paraná. E, desta feita, continuo questionando as autoridades competentes do nosso Estado, contestando a implantação do PARANÁEDUCAÇÃO.

Agradeço a Vossa Excelência o aparte que me deu, e fica registrado aqui, modestamente, a minha contestação com alguma explicações que Vossa Excelência repassou nesta tarde/

O SR. JOEL COIMBRA - Sob o ponto de vista jurídico, o PARANÁEDUCAÇÃO não constitui novidade. No momento em que você enquadra o PARANÁEDUCAÇÃO dentro da entidade paraestatal, estamos tratando de conceituações da administração pública e que são apresentadas nos livros normais de direito. Não é preciso se fazer um estudo aprofundado, se verificarmos o Direito Administrativo do Eli Lopes Meireles, iremos encontrar essa qualificação.

Talvez, a dúvida surja quando passamos a discutir a questão do concurso. Ninguém aqui está defendendo a ausência de concurso público, mas essa é uma questão que não se resolve pela arquição de inconstitucionalidade. É uma questão que podemos arguir através do processo civil normal.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Joel Coimbra, respeito muito Vossa Excelência como um Promotor de Justiça, alguém que inclusive já prestou relevantes serviços à sociedade,

mas quero divergir de Vossa Excelência.

Andei lendo obras desse autor, Eli Lopes Meirelles e do Toshio Mukai, que é um especialista na área de Direito Administrativo - e por consequência, com minha mulher estudando - li sobre a entidade paraestatal que se aplica exatamente ao PARANÁEDUCAÇÃO.

A primeira questão: acho que seu colega promotor está claríssimo na avaliação que coloca, que não pode o Estado repassar a uma entidade de Direito Privado, a gestão da coisa pública.

O SR. JOEL COIMBRA - Isso a própria Constituição diz e ninguém duvida. Isso todos concordamos.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Mas, Excelência, o que é o PARANÁEDUCAÇÃO? É uma entidade privada.

O SR. JOEL COIMBRA - Mas é exatamente o que temos que discutir. E aí é só seguir a análise dessa questão. Porque veja bem, temos que discutir aqui primeiro a questão do PARANÁEDUCAÇÃO. E envolve a discussão da classificação da administração pública?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Claro que sim. Acho que Vossa Excelência argumenta bem, é justamente esta questão. Se Vossa Excelência olhar que embutido no PARANÁEDUCAÇÃO - o Secretário da Educação é o superintendente do PARANÁEDUCAÇÃO - muito bem, é formado um conselho gestor e feito um contrato de gestão com uma empresa privada. Aliás, no caso do PARANÁEDUCAÇÃO já tem até definida uma empresa de um tal professor Artur, Centro de Educação Avançada - não sei bem qual que é a empresa que está sendo contemplada com um contrato de 10 anos sem licitação.

E o nosso Eli Lopes Meirelles diz claramente sobre a aplicabilidade da Lei 8.666, na questão das entidades paraestatais e fundamentalmente à questão do concurso público na área da educação que Vossa Excelência sabe o seguinte: é a LDB que prevê a realização de concurso público, é a Constituição Estadual que prevê, é a Constituição Federal? Na verdade, a área da

educação está absolutamente protegida de que se estabeleça o regime do compadrio na contratação de profissionais para esta área. Este é um guarda-chuva constitucional.

Agora, quero dizer a Vossa Excelência que de fato o Paraná inovou. Vossa Excelência sabe que é uma grande discussão nacional. A Procuradoria Geral da República inclusive entrou com "adim" contra a medida provisória que cria as organizações sociais. E esta matéria, na verdade, está "subjudice" no País inteiro, porque a administração pública foi criada - e o senhor sabe bem disso - com a Lei 4.320, que regulamenta as contas públicas. Ela foi criada para, justamente, dar transparência e criar regras para que se possa enquadrar, no ponto de vista de contratação de pessoal, como de serviços ou de materiais.

O que uma entidade como o PARANÁEDUCAÇÃO faz? É a mesma coisa, Excelência, que está fazendo a PARANÁCIDADE.

Estou denunciando nesta Casa gravíssimas irregularidades que estão acontecendo no PARANÁCIDADE, e ninguém toma providências, nem esta Casa, nem o Tribunal de Contas, nem o Ministério Público. E não consigo ter acesso às prestações de contas do Senhor Lubomir Ficinski. E depois vão chamar a Assembleia Legislativa de irresponsável ou conivente, como está acontecendo com o BANESTADO.

Então, queria dizer a Vossa Excelência que podem ter - até o próprio Secretário Ramiro Warhaftig - boa intenção. Há um problema de gestão, para suprir professores de algumas escolas. Agora, como regra geral, como pretende o Governo inclusive, com essa mensagem que mandou aqui para Casa, transferir 180 milhões de reais, quando já temos o contrato de trabalho estabelecido pela reforma administrativa, que está prestes a ser promulgada.

Confesso que acho uma temeridade que nós, legisladores, tenhamos votado - votei contra a PARANÁEDUCAÇÃO, votei contra a PARANÁCIDADE - mas acho que Vossa Excelência com a lucidez que tem, o brilho que tem, com a capacidade de interpretação que tem das leis, e fundamentalmente com a capacidade de argumentação, Vossa Excelência sabe que uma entidade paraestatal é possí-



vel sim, existi-la, mas não na área de educação.

Vejam os seguintes: o regulamento que temos que ter no País, porque certamente amanhã todos seremos acusados de ter sido coniventes com a má gestão e a má aplicação do dinheiro público.

Agradeço Vossa Excelência pelo aparte. Muito obrigado!

O SR. JOEL COIMBRA - O seu discurso e dos demais colegas, demonstram a responsabilidade e o empenho com que os Parlamentares tratam das coisas de interesse da população.

Agora, essa colocação feita em sua oração demonstra bem aquilo que estamos apresentando, no sentido que está havendo um erro de interpretação, reitero, que não me preocupei até agora em verificar como está sendo tratado o PARANÁ EDUCAÇÃO, como está sendo implementado o PARANÁ EDUCAÇÃO, porque a minha preocupação, até agora, é garantir a integridade da lei. E não precisamos dispor sobre concursos, por exemplo, quando a Lei Maior já dispõe, e muito menos sobre licitação.

Vossa Excelência tocou em outro ponto que é a licitação. Haveria inconstitucionalidade na PARANÁ EDUCAÇÃO, se ele dissesse que seria dispensada a licitação. Mas ela não pode fazer isso. Então, se existe, se haverá a dispensa de licitação, isso é matéria para ser discutida, mas não significa que seja inconstitucional.

Agora é preciso chamar atenção em outro aspecto, que aí é a maior confusão ainda, e esse foi o erro do Governo, o Governo errou nisso, quando quis trazer para o seio da Assembleia, uma novidade que ninguém conhece, nem a doutrina conhece, que são as Organizações Sociais e misturou Organizações Sociais com Serviço Social Autônomo. Nas conversas que tive com alguns companheiros da área jurídica do Governo, chamei a atenção sobre isso, que a Organização Social era uma coisa que nem aquelas pessoas que estavam defendendo a Organização Social, nem os pareceristas conseguiam dar explicações adequadas. E na doutrina que eles se referiam, iam procurar e não encontrávamos as mesmas palavras que eles colocavam.

Portanto, também concordo com Vossa Excelência e concordo com o Mi-

nistério Público estaria aqui discutindo ao lado de Vossa Excelência, se estivéssemos votando uma Organização Social. Mas não é Organização que estamos votando, estamos votando um Instituto Social Autônomo, que é uma espécie de entidade paraestatal. Reitero que não é correto confundir empresa privada com empresa paraestatal, porque ela tem personalidade jurídica de direito privado.

Na verdade, ela - e daí sim é correto - é uma entidade que faz realmente uma aproximação entre o público e o privado, mas ela é regida pelas novas administrações públicas, ela fica sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas, fica sujeita à fiscalização desta Assembleia, fica sujeita a mandado de segurança, fica sujeita a ação popular. Isso é o que a doutrina determina e que cabe a nós implementar.

Agora, essas eventuais falhas que acontecem, não são falhas produzidas pela lei. Por exemplo: se há exigência de licitação, vamos ver a lei de licitações. Se não tem concurso, vamos verificar a Constituição, e nela diz que a educação é gratuita. São esses pontos que gostaria de deixar para o debate.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Gostaria de entrar nesta questão das licitações. O Deputado Luiz Claudio Romaneli traz uma informação que consideramos de maior importância, dizendo que no contrato de gestão já se contratou o gestor dos serviços da educação a ser desenvolvido pela PARANÁ EDUCAÇÃO. Deu esse contrato de gestão um prazo de dez anos, pelo menos. E que o gestor contratado seria um tal de Arthur. Parece ser o mesmo Arthur da Universidade do Professor lá de Faxinal do Céu. Ele já foi, de certa forma, meio que escorraçado, porque os serviços que prestava custava caro e não tinha qualidade, que o próprio Governo entendia ser necessário.

Fica nos parecendo que, mesmo que se tenha obedecido a Lei nº 8.666 - Lei das Licitações - nesse caso parece que não foi tomado todos os cuidados. Parece - pelo menos, não chegou ao conhecimento desta Casa, principalmente este Deputado que vos fala - que



tenha havido uma licitação para se contratar o gesto dos serviços de educação a serem desenvolvidos pela PARANÁEDUCAÇÃO. Se dispensa houve do processo licitatório, parece que a empresa convidada não preenche todos aqueles requisitos exigidos para uma dispensa de licitação. Essa é a nossa preocupação.

A questão da constitucionalidade, da legalidade da PARANÁEDUCAÇÃO já foi aqui amplamente colocado pelo Deputado Irineu Colombo, pelo Deputado Caíto Quintana que, mesmo não sendo profissional da área jurídica, foi ele o nosso relator da Constituição do Estado. Conhece profundamente a Constituição Federal e a Estadual, até por uma obrigação do ofício naquela época. Recordo-me que o Deputado Caíto Quintana subiu à tribuna, fez um ampla e clara exposição, argumentando a inconstitucionalidade da criação do PARANÁEDUCAÇÃO. Posteriormente ficou isso consolidado num parecer do Doutor Alvair, Procurador do Ministério Público Federal, e também em documento produzido pelo Doutor Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, do Ministério Público Paranaense, colocando a inconstitucionalidade da PARANÁEDUCAÇÃO.

Muito obrigado.

**O Sr. Irineu Colombo** - Vou nortear meu raciocínio para uma lógica do dinheiro público. O dinheiro público é dinheiro público, do público. Da forma como está o PARANÁEDUCAÇÃO, o dinheiro público sai do administrador, que o Governo do Estado, passa para uma empresa que tem administração privada. Daí ocorre um problema, de um princípio constitucional da impessoalidade. Administra o dinheiro da forma que quer o administrador da empresa. Não tão sujeito às regras da boa administração pública.

Quanto à questão do concurso público é o mesmo que fazer um belo barco e não o lago para colocá-lo, porque o concurso público pressupõe que a pessoa será efetivada no serviço público estadual. No entanto, quem fará o concurso público vai ser uma empresa privada que poderá ser extinta a qualquer momento. Aí, onde esta pessoa será efetivada? Qual é o organismo permanente, a não ser o Estado, que ele poderá ficar? O concurso público é uma exigência já sacramentada que ha-

verá de ser feita. O que falei, foi que já temos os efeitos perverso sobre o PARANÁEDUCAÇÃO. Separando a discussão jurídica de princípios, o efeito perverso: primeiro, temos o não cumprimento pelo PARANÁEDUCAÇÃO de que dentro dos 25% da necessidade de gasto com a educação que não inclui o transporte escolar da Rede Estadual. Segundo, que a administração, sendo privada, e do ponto de vista pessoal, as Normativas Internas, que tenho aqui em minhas mãos, preconceituosas e aí fere - Vossa Excelência que é militado nesta questão, por exemplo - de combater o preconceito como ente do Ministério Público, dos Direitos dos Seres Humanos, é preconceituosa em relação às nossas professoras, que porventura venham a ter filhos. Isto é uma normativa, e um dado que uma empresa privada, sem consultar nenhum organismo colegiado da Administração Pública e nem a Assembléia Legislativa, toma uma decisão de perseguir as professoras grávidas. Está aqui, está escrito, é uma Normativa Interna.

Portanto, são os resultados perversos de um instituto que é questionado juridicamente, diria até de uma intenção amadora de inovar no Estado do Paraná.

**O SR. JOEL COIMBRA** - Agradecemos a sua intervenção.

Algumas coisinhas tenho para lembrar: que estamos falando no PARANÁEDUCAÇÃO, ele contém no seu texto uma referência expressa aos princípios da publicidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, certo?

Com relação ao Contrato de Gestão, é bom lembrar que hoje, as Prefeituras do Parlamentares, várias delas, usam também o Contrato de Gestão, e poderíamos, inclusive, trazer esta experiência do Parlamentares, mas para isso temos que debater. Porque não chamamos o senhor para debater esta questão; o senhor não aceitou debater; ou aceito do jeito que está ou não aceita. Talvez pudéssemos estabelecer algumas salvaguardas. Finalmente a proposta que foi acrescentada foi a seguinte: que alterações o senhor aceita?

Não, queremos a extinção do projeto.

E por último, que somos legisladores, elaboramos a lei, agora, os mecanismos de Fiscalização da lei devem ser outros mecanismos, inclusive, através da Assembléia, mas não a questão da constitucionalidade. O meu objetivo neste momento é reafirmar aqui o seguinte: primeiro, o PARANÁ EDUCAÇÃO é uma matéria constitucional. Segundo, não é novidade, juridicamente. Terceiro, ela é uma descentralização realizada dentro da própria administração pública.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Esta Presidência registra com muito prazer o dia das nossas taquígrafas.

Quero, ao mesmo tempo, registrar esta data e quer cumprimentar o trabalho prestado por todas as profissionais na área de taquigrafia desta Casa, que registram todos os momentos da ação dos nossos Deputados.

Portanto, meus cumprimentos pelo Dia das Taquígrafas. Meu abraço a cada uma, em nome da Comissão Executiva desta Casa.

Em nome também, da Chefe do Setor, Sônia Goretti de Oliveira Carvalho e, enfim, a cada uma de vocês.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 265/97; 103, 122, 172/98 e 462/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108, 133, 134 e 148/98.

Levanta-se a sessão.